

O uso de pseudônimo nos discursos impressos das mulheres aracaianas

Meyre Jane dos Santos Silva (UFS)¹

Resumo: Na década de 1930 um grupo de mulheres sergipanas aliou-se ao movimento feminista nacional, lutando por um espaço sócio-político em que houvesse isonomia de direitos, direito ao voto, à educação e vagas no mercado de trabalho. Encontrando apoio na mídia impressa essas mulheres assumem uma nova posição-sujeito e inaugura novo momento social. Porém, devido a não aceitação a produção escrita por mulheres pela sociedade muitas mulheres não assinavam com seus nomes próprios, usavam pseudônimos ou iniciais do nome para disfarçar sua autoria para preservar sua imagem e proteger-se das pressões da sociedade extremamente machista que não aceitava presença feminina no espaço público. O presente artigo tem como objetivo verificar a forma de identificação das publicações de autoria feminina, bem como analisar suas preocupações centrais, suas propostas e perspectivas. Nosso *corpus* se constitui de publicações de autoria feminina retiradas de revistas e jornais sergipanos do período de 1932 a 1950, que analisaremos sob a luz da Análise do Discurso. Em nossas análises, percebemos que tanto nas publicações jornalísticas quanto as literárias há um grande número publicações femininas que se ocultavam por trás de pseudônimos ou iniciais do nome, especialmente os artigos ligados à política, o que nos leva a inferir que muitas autoras sentiam-se intimidadas pela sociedade, uma vez que havia certo preconceito em relação às mulheres que escreviam. Essa luta exposta nos jornais serviu para a expansão de seus ideais, o que fortaleceu ainda mais os propósitos feministas.

1. Introdução

Na primeira metade do século XX, em especial na década de 1930, um grupo de mulheres sergipanas aliou-se ao movimento feminista nacional, almejando por um espaço sócio-político em que houvesse igualdade de direitos, vagas no mercado de trabalho, direito ao voto e à educação. A partir daí, o discurso apresentado por essas mulheres, principalmente na mídia impressa sergipana, inaugura uma postura de classe, assim como também um novo momento social. Isso permitiu que o papel da mulher fosse aceito para além do espaço doméstico ao qual estavam submetidas em outrora.

O presente artigo é fruto do projeto de pesquisa “Práticas Discursivas Femininas de 1932 a 1950” que analisa os discursos femininos em Sergipe, partindo da mídia impressa aracaiana do período de 1932 a 1950, fundamentando-se na Análise do Discurso (AD), em particular, em pressupostos pecheuxianos. Como objetivo geral, pretende-se evidenciar neste trabalho a forma de identificação das publicações de autoria feminina, além das transformações por que passaram tais discursos após 1932, quando as mulheres conquistaram o direito ao voto e à elegibilidade.

Fundada na França na década de 1960, a Análise do Discurso se apresenta como um campo de estudo em constante processo de constituição e tem por objeto de estudo o discurso. Orlandi (1994) afirma que muitas causas influenciaram o seu nascimento, as principais podem ser encontradas nas condições sócio-históricas da época e nas intensas discussões filosóficas em torno da epistemologia.

¹Aluna de graduação em Letras e bolsista do projeto Práticas Discursivas Femininas de 1932 a 1950 (projeto PIBIC), coordenado por Maria Leônia Gracia Costa Carvalho.

Em termos de precursores, Maingueneau (1993) destaca que os formalistas russos foram os primeiros, na área dos estudos linguísticos, a retratar o que seria posteriormente chamado de discurso. Porém, seus seguidores, os estruturalistas, ao tomar o estudo da estrutura no texto “nele mesmo e por ele mesmo”, restringiram-se a uma abordagem intrínseca do texto, eliminam qualquer reflexão sobre sua exterioridade.

O trabalho do linguista Zellig Harris, no início da década de 1950, mostra a possibilidade de ultrapassar as análises meramente confinadas à frase, ao estender procedimentos da linguística distribucional americana aos enunciados; já os estudos de Jakobson e Benveniste sobre a enunciação foram decisivos para constituição da AD.

Nesse contexto, em 1969, Michel Pêcheux inaugura na França a AD, com a publicação da obra *Análise Automática do Discurso* (AAD), que tem como objeto o discurso. Esta primeira fase ficou conhecida como máquina discursiva, de modo que o sujeito, por ser submetido às regras específicas do discurso, caracterizou-se como “assujeitado à máquina discursiva”. Depois surge a noção de interdiscurso para designar o “exterior específico” de uma Formação Discursiva (FD).

Denominada de segunda fase da AD, entende-se que o espaço de cada FD é atravessado pelo “pré-construído”, dessa forma outras Formações Discursivas perpassam a Formação Discursiva principal, formando uma relação ou de confronto ou de aliança. Num terceiro momento, Pêcheux amadurece suas teorias e propõe a “desconstrução das maquinarias discursivas”. Esta fase é marcada pela noção de polifonia, de heterogeneidade e de intertextualidade, ou seja, percebeu-se que todo discurso é atravessado por vários outros discursos que podem ou não concordar com a ideologia ou FD dominante.

2. Sobre os conceitos da AD

Amaral (1999), afirma que o discurso é “uma matéria das formações ideológicas”, sendo assim, ele torna-se a intersecção do linguístico, do histórico e do ideológico. Sua produção acontece, na história, por meio da linguagem, através da qual a ideologia se materializa (Fernandes, 2005), dessa forma, ela é fundamental no processo de constituição e reprodução da vida em sociedade. Para Pêcheux (1975), esta particularidade diferencia o discurso tanto da língua, quanto da fala, pois evoca uma exterioridade da linguagem – a ideológica e a social. Considerando então que o discurso é “o lugar de encontro” da materialidade da língua e da história, concluímos que esta relação (língua e história) é indissociável por ser responsável pelo processo de produção do sentido.

Sobre a ideologia, Florêncio (2009) aborda o ponto de vista de dois estudiosos, Althusser e Lukács. Na perspectiva althusseriana (a gnosiológica), a ideologia pode ser pensada a partir de três hipóteses: na primeira, a ideologia é dada como representação da relação imaginária dos indivíduos com suas reais condições de existência; na segunda, as ideologias têm existência material, ou seja, devem ser estudadas não como ideias, mas como um conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção; e na última, a ideologia “interpela o indivíduo enquanto sujeitos”, conduzindo sua autossujeição considerando-se que o sujeito está inserido em práticas reguladas pelos aparelhos ideológicos e, somente através do sujeito e no sujeito, torna-se possível a existência da ideologia. Sobre a terceira tese, criada por Althusser, Florêncio (2002) infere:

Nesse sentido, a *ideologia* é pensada como um conjunto de práticas materiais necessárias à reprodução de relações (de produção) que implicam a divisão de trabalho – determinadoras do lugar de cada indivíduo, pelo mecanismo de sujeição. Estamos diante, então, do cerne da teoria althusseriana: o sujeito interpelado pela ideologia; sujeito que, ao mesmo tempo que se reconhece como tal, se assujeita a uma instância superior, abstrata, absoluta, mediante um mecanismo produtor do efeito de sujeição.” (Florêncio, 2002 p. 63)

Na abordagem lukácsiana (ontológica), à qual Florêncio (2009) faz referência, a ideologia se consolida e desenvolve culturalmente. É analisada essencialmente pela função social que desempenha, isto é, enquanto meio de conscientização e préviaideação da prática social dos homens.

Para análise das condições de produção é necessário compreender o processo da formação ideológica e as determinações sociais e econômicas e que o discurso foi produzido. Na sua obra, *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*, Orlandi (2009) afirma que as condições de produções compreendem essencialmente os sujeitos e a situação. Essas são essenciais no entendimento de como os discursos constituem seus sentidos e de sua atuação na realidade.

As condições de produções podem ser concebidas em seus dois sentidos: estrito e amplo. O primeiro trata das circunstâncias da enunciação: são as condições imediatas (contexto) que causaram sua formulação. Já o sentido amplo, expressa as relações de produção, com sua carga sócio-histórico-ideológica. As condições amplas atuam no processo de constituição de sentidos trazendo à memória a formação da nossa sociedade.

Quando se estuda a articulação da ideologia com o discurso, dois conceitos devem ser observados: o de Formação Ideológica (FI) e o de Formação Discursiva (FD). Cada FI que surge na sociedade possui como componente principal uma ou mais FD, ou seja, a FD é o meio pelo qual a FI se manifesta como função social, intervindo na prática e relações sociais.

Florêncio (2002) relata que durante a reprodução das relações de produção, uma das formas pelas quais a ideologia funciona é a interpelação do sujeito como sujeito ideológico, isso consiste levar cada indivíduo a ocupar seu lugar em um dos grupos ou classes de uma determinada formação social. As formações ideológicas são representadas pela via de práticas sociais concretas, no interior das classes em conflito, dando lugar a discursos que põem à mostra as posições em que os sujeitos se colocam/são colocados. Afirma, conforme Haroche, que “cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais nem universais mais se relacionam mais ou menos às posições de classe em relação às outras” (Florêncio, 2002, p.68).

O termo Formação Discursiva, foi introduzido por Foucault, em 1971, e transportado por Pêcheux para a AD, pode ser conceituado como um lugar de atuação das formações ideológicas, reguladora de sentidos e de afirmações aceitáveis ou não. Mas as formações discursivas estão em constante movimento de (re)significação, aproximando ou distanciando sentidos, pelos processos de paráfrase e polissemia. Enfim, é a FD que dá a permissão ao sujeito para que este, situado numa conjuntura histórica, concorde ou não com os sentidos dados às palavras.

Brandão (1991) apresenta outra contribuição de Pêcheux que, ao definir a noção de Condições de Produção, priorizou no discurso a representação de “lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços objetivos característicos pode

ser descrito pela sociologia” (Brandão, 1991 p. 36). Portanto, tomando-se como exemplo a instituição familiar, tem-se o “lugar” de pai, de filho, de mãe, cada um marcado por características que os diferenciam entre si. No discurso, esses lugares (posições) estão inter-relacionados e representados por “formações imaginárias”, responsáveis por definir o lugar que emissor e receptor atribuem a si mesmos e ao outro.

Florêncio (2009), com base em Pêcheux, define o interdiscurso como aquilo é “falado antes” que ingressa na produção discursiva (re)significando o já dito antes, noutro lugar afetando os discursos produzidos pelo sujeito em dada condição de produção. Amaral (1999), afirma que esta noção de interdiscurso é apoiada no conceito de “pré-construído” desenvolvido por Henry.

Orlandi (2009, p.31), ao abordar sobre o interdiscurso e a memória, infere que a memória, quando pensada em relação ao discurso, é considerada como interdiscurso, ou seja, como memória discursiva: “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (Orlandi, 2009, p.31).

Dessa forma, a memória pode ser entendida “como a ordem dos elementos significantes” estabelecida de acordo o grau de importância dos acontecimentos (Carvalho, 2010. p. 201). Nesse sentido, para a Análise do Discurso, faz-se necessário recorrer à memória coletiva para compreender a história e o sentido de cada discurso.

3. Pressupostos teóricos sobre autoria

Orlandi (2009), inicialmente, apresenta uma distinção entre o texto e o discurso, da qual resultará na diferença entre autor e sujeito. Os textos definidos como unidade, individualizam um conjunto de relações significativas, dessa forma tornam-se unidades complexas, formando um todo que resulta de uma articulação de natureza linguístico-histórica.

O discurso, caracterizado como efeito de sentido entre os locutores, é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito; o sujeito, por sua vez, é considerado como produto da interpelação do indivíduo pela ideologia; por fim o autor é a representação de unidade e limita-se na prática social como função específica do sujeito. Destarte afirma que “o sujeito está para o discurso assim como o autor está para o texto”, (Orlandi, 2009, p. 73). A relação do sujeito com o texto é a de dispersão, contudo, a autoria envolve disciplina, organização, unidade.

Ao citar Vignaux (1979), Orlandi (2009) afirma que, na base de todo discurso, há um projeto totalizante do sujeito, projeto que o transforma em autor, este por sua vez é o lugar em que se realiza esse projeto, o lugar em que se constrói a unidade do sujeito. A autora, então, afirma que a autoria é uma função do sujeito, em que a função-autor é uma função discursiva do sujeito, estabelece-se ao lado de outras incumbências, estas enunciativas, que são o locutor e o enunciador. Para explicar a função-autor, Orlandi infere que, para Foucault (1971), “o autor é considerado como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações”, ou seja, guarda a noção de autor para situações especiais em que o texto ‘original’ se opõe ao comentário.

Na medida em que “estende a noção de autoria para o uso corrente”, (Orlandi, 2007, p. 68), ela opera um deslizamento de sentido que tem como consequência a fundação de outra concepção de autor. Autor esse que, “embora não instaure discursividade (como o

autororiginalde Foucault), produz, no entanto, um lugar de interpretação no meio dos outros. Esta é sua particularidade” (idem, p. 69-70). Com isso, para Orlandi:

A função-autor, para nós, não se limita, como em Foucault(1983), a um quadro restrito e privilegiado de produtores originaisde linguagem(que se definiriam em relação auma obra). Para nós,a função-autor se realiza toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não-contradição e fim. Em outras palavras, ela se aplica ao corriqueiro da fabricação da unidade do dizer comum, afetada pela responsabilidade social (Orlandi, 2007, p. 69).

Orlandi compartilha do mesmo pensamento de Foucault quando considera a autoria como uma função discursiva, em que o locutor se representa como eu no discurso e o enunciador é a perspectiva que esse eu assume, a função discursiva autor é a função que esse eu assume enquanto produtor de linguagem, produtor de texto.

Como autor, o sujeito ao mesmo tempo em que reconhece uma exterioridade à qual ele deve se referir, ele também se remete a sua interioridade, construindo desse modo sua identidade. Trabalhando a articulação interioridade/exterioridade, o sujeito aprende a assumir o papel de autor e aquilo que ele implica. A esse processo, Orlandi (2009) nomeia de assunção da autoria. Segundo ela, o autor é o sujeito que, tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa, pela linguagem, esse papel na ordem em que está inscrito, na posição em que se constitui, assumindo a responsabilidade pelo que diz e como diz.

A assunção de autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social. Aprender a se representar como autor é assumir, diante das instâncias institucionais, esse papel social na relação como a linguagem: constituir-se e mostrar-se autor (Orlandi, 2009).

Possenti (2009) defende a hipótese de que os conceitos de enunciação, de autoria e de estilo podem ser conjugados numa teoria do discurso e que é possível articulá-los não só para análise de texto, mas também para fundamentar práticas pedagógicas. O autor, assim como fez Orlandi, propõe uma redefinição de autoria, de modo a fazer com que conceito não se aplique apenas a personalidades (os próprios autores), ou seja, para que não se empregue somente em determinada relação autor-obra e que não seja concebido apenas como idiosincrasia.

Ao apresentar o conceito de autor relata que, por mais que o vocábulo seja forçado a referir uma entidade ou uma função histórica, não deixa de conotar pessoa, indivíduo, unidade, “eu”, mas que recentemente a noção de autor foi alterada e deslocada. Em uma perspectiva, muito se disse sobre sua morte, o que equivaleu a trabalhar para que a interpretação de um texto não se confundisse com as tentativas de acesso a uma intenção ou a um projeto individual. Na outra, mostrou-se bastante claramente que a função do autor é histórica, tanto no sentido de que não se caracteriza a partir de uma personalidade quanto no sentido de que ela se modifica em decorrência das alterações e diversificações das modalidades enunciativas.

Para objetivar a noção de autoria, Possenti infere que esta noção tem a ver com os conceitos de locutor e com o de singularidade (seria uma forma peculiar de o autor estar presente no texto, o estilo).

Conforme Possenti (2009, p.104-105), antes de qualquer coisa, é necessário retratar as primeiras noções de autoria, para isso o autor irá caracterizá-la a partir de Foucault (1969) e Chartier (1994), especialmente centrado em duas noções foucaultianas de autor – a primeira que considera a noção de ‘autor’ correlacionada à noção de ‘obra’, esta caracterizada por certa unidade que seria conferida pelo autor em decorrência de determinada(s) propriedade(s); a segunda que corresponde à noção de autor como “fundador de discursividades”, como Freud e Marx, por exemplo.

Para Possenti, é impossível pensar na noção de autor sem considerar de alguma forma a noção de singularidade, que, por sua vez, não poderia escapar de uma aproximação com a questão do estilo. Para resolver a questão de como identificar a presença de um autor num texto, Possenti aponta como uma das ferramentas possíveis o paradigma indiciário de Ginzburg. Os quatro principais indícios de autoria, em que se apresentam como algumas atitudes, que acabam caracterizando o autor são: o primeiro é dar voz a outros enunciadores, o segundo é incorporar ao texto discursos correntes, o terceiro é manter distância em relação ao próprio texto e o último é evitar a mesmice.

Com relação aos dois primeiros índices, Possenti atinge o cerne da reflexão:

Observe-se, num texto aparentemente banal, o quanto fica claro que o discurso do autor não lhe pertence, pertence a toda uma comunidade cultural. Para usar um lugar comum, seu discurso é atravessado por outros discursos. No entanto, há algo do autor: seu jeito, *ocomo*. (Possenti, 2009, p.112)

Percebe-se ainda, nos primeiros indícios, que o leitor não pode ser qualquer um, mas alguém engajado na cultura comum, ou seja, implica um coenunciador com traços específicos.

No terceiro índice de autoria, “manter distância em relação ao próprio texto”, Possenti (2009) infere que os locutores se caracterizam como autores por marcarem sua posição em relação ao que dizem e em relação a seus interlocutores. Assim, trata-se de distância “quando numa conversa, os locutores suspendem ‘o que estão dizendo’ para explicar-se, diante de alguma reação do outro, visível ou imaginário”. (Possenti, 2009, p.112)

Por fim, ao tratar de “evitando a mesmice”, Possenti relata que a variação de palavras, a utilização de verbos *dicendi*, é um índice favorável à autoria, porém não se trata de “variar por variar”. A variação só será uma característica significativa quando obedece a tomadas de posição ou se faz sentido de alguma outra forma.

4. Autoria e feminismo em Sergipe

Segundo Carvalho (2009), todo imaginário é cultural, construído historicamente, assim as formações imaginárias são produzidas e reproduzidas historicamente, por meio das Formações Discursivas. No imaginário do século XIX e da metade do século XX, a mulher estava a serviço de seu aparelho reprodutivo, esta era vista como ser frágil, de pouca inteligência, tendo como único espaço e ocupação o lar e a família. Os fatores ideológicos sempre foram bastante fortes e presentes nas divisões de tarefas entre os sexos, na verdade, havia pré-conceitos depreciativos que reduziavam as mulheres a serem inferiores em relação aos homens. Ao relatar sobre suas pesquisas a respeito da mulher, Schmidt (2006, p. 31-32) descreve:

Tínhamos uma consciência bastante aguda da responsabilidade de tratarmos de questões que estavam diretamente ligadas à necessidade de transformações ampla e profunda no que dizia respeito aos códigos de valor de uma sociedade patriarcal e seus mecanismos de controle – nos campos jurídico, político e simbólico – os quais sempre definiram as condições, com ressaltavas, limitações e restrições, quanto ao lugar, à atuação, aos direitos e à cidadania do ser humano definido como mulher.

Portanto, em se tratando de sua espacialidade, as mulheres ocupavam um espaço periférico, inclusive com a noção de inferioridade devido a sua aparência frágil e aspectos biológicos, como menstruação, gravidez e menopausa. Seus corpos deviam ser resguardados para a maternidade, e em seguida, para assumirem, no interior de suas casas, seu papel de guardiã do lar, submissa aos interesses do homem. Desse modo, em virtude de sua submissão em diversos momentos históricos, o universo feminino foi preenchido de experiências particulares e emoções que permitiram a construção de sua subjetividade.

Somente na passagem do século XIX para o século XX, as mulheres sergipanas assumem e consolidam uma posição de onde podem falar e expor suas ideias e opiniões sobre a sociedade, principalmente no início da década de 1930, ao unirem-se ao movimento feminista nacional e lutarem pela a igualdade de direitos.

Algumas mulheres destacam-se em atividades jornalísticas escrevendo assuntos polêmicos, como a educação feminina, a necessidade de a mulher ocupar outras posições que não só a de mãe e esposa ampliando seu papel na sociedade, também, em atividades políticas, educativas e em profissões liberais (destacam-se Ítala da Silva de Oliveira, Quintina Diniz, Cesartina Regis de Amorim, dentre outras).

A partir do momento que os jornais começaram a circular com maior frequência, os pequenos espaços vazios para fechar a diagramação podiam ser preenchidos com a publicação de versos de autoria feminina (mesmo aqueles assinados com pseudônimos masculinos ou apenas sinalizados pelas iniciais da autora).

Outra situação era o enfrentamento de um público conservador, que, de qualquer maneira, não aceitava a produção escrita por mulheres, bem como da cultura circundante que não considerava de boa fama aquela que quisesse escrever. A grande maioria tinha que buscar a proteção da família ou de um parente escritor ou no último caso, uma avaliação de um crítico para que assim tivesse a permissão para vir à cena pública. Por conta disso, muitas mulheres não assinavam com seus nomes próprios, usavam pseudônimos, as iniciais do nome ou até mesmo nomes masculinos para disfarçar sua autoria. Quanto a isso, Carvalho (2011), em trabalho apresentado sobre poesias femininas em Sergipe, diz:

Observou-se que a maioria das autoras se ocultava em pseudônimos e omitia os sobrenomes, outras apenas apresentavam as letras iniciais do nome, talvez para preservar a imagem e proteger-se das pressões de uma sociedade avessa à presença feminina no espaço público. [...] Entrar no meio jornalístico e literário era uma atitude audaciosa, por mais competente e talentosa que fosse, por isso era constante a prática de pseudônimo, de prénomes ou de letras iniciais, como forma de proteger-se e a seus familiares da exposição pública e da crítica: IDA, ILION, ASA., Josita, Zulnamor, Ariana, Juvenil, Marise, Noemia. Entre as mais destemidas, destacam-se: Eteelvina, Amália, Violeta Andrade, Amália Soares de Andrade, Otilia Cardoso Barreto. (Carvalho, 2011. p. 2763-2764)

Os textos de autoria feminina dessa época revelam que algumas sergipanas aliaram-se ao movimento feminista com o intuito de lutar pelos direitos que sempre lhes foram negados. Em seus discursos, encontram-se referências a suas lutas, reivindicações, participação em congressos nacionais, emissão de opiniões sobre a sociedade em que viviam, sobre a política local e nacional, críticas sutis, ou mesmo, abertas a pessoas da sociedade, a políticos etc.

A revista aracajuana *Renovação* (1931 a 1934) se estabeleceu enquanto mais um marco para o desenvolvimento do movimento feminista no Estado, devido à variedade dos discursos femininos, tanto de cunho feminista, apresentando proposta de mudanças e tecendo várias críticas ao tratamento dispensado à mulher, como os de cunho político que, além de bem escritos, utilizavam de argumentos bem fundamentados e recursos persuasivos e, até mesmo, os textos literários em prosa e em verso. Dantas (2004, p. 109) aborda a importância e a trajetória da revista na época:

Quanto a *Renovação*, apareceu em 01.01.1931 e esteve a circular quinzenalmente sob a direção da advogada combativa Maria Rita Soares Andrade, como expressão das importantes inovações daquele ano. Defendendo a emancipação social da mulher, aglutinando algumas moças intelectualizadas, explicando o significado da campanha feminista, divulgando material de nível no campo do ensino, pregando reformas educacionais, em meio a poesias e artigos diversos, contribuiu para elevar o debate no Estado sobretudo até 1932. A ocorrência da revolta constitucionalista abalou sua trajetória. Os colaboradores diminuíram, enquanto a direção revelava-se preocupada. *Renovação* mudou de formato, perdeu a regularidade, reduziu a qualidade dos textos e, embora persistisse, até 1934, adepta ao governo de Maynard, que provavelmente a financiava, jamais alcançou a densidade dos 28 primeiros números. (Dantas, 2004. p. 109).

Mesmo com todas as dificuldades e restrições, as mulheres persistiam na luta e, pouco a pouco, seus discursos vão se fortalecendo e ganhando espaço público, ampliando seu campo de atuação. Dessa forma, foi possível que algumas sergipanas passassem a dividir cargos, antes somente ocupados por homens, em jornais tanto editados em Sergipe, como fora do estado (Freitas, 2003).

5. Os discursos femininos

O primeiro Segmento Discursivo (SD) a ser analisado mostra a luta das mulheres por igualdade de direitos:

Um Estado é democrático na medida em que o povo coopera na administração. Só se pode chamar de verdadeiramente popular o governo cujo poder repousa no povo propriamente dito, quando é este o seu dirigente. Desse modo, não poderemos ter uma verdadeira democracia enquanto as mulheres não tiverem, tanto quanto os homens, parte ativa na administração do Estado. Elas constituem, pelo menos, a metade da população de qualquer país. Consequentemente, sua exclusão da vida política seria uma violência direta do princípio da democracia universal. Além disso, teem as mulheres a principal responsabilidade na educação da nova geração de cidadãos. [...] A mãe que não possuir igualdade de direitos; que for excluída da vida política de um país, não poderá formar um cidadão livre e democrata, um sêr humano de vontade forte, leal ao seu país. [...]

Entretanto, a igualdade da mulher só é efetiva quando ela dispõe, na mesma proporção que o homem, das oportunidades de independência econômica e desenvolvimento cultural.[...]

No campo econômico, a mulher soviética desfruta os mesmos direitos de cidadão da U.R.S.S. concedidos ao homem. O primeiro desses direitos – direito ao trabalho – é garantido a todos os cidadãos soviéticos. [...]

O princípio de salário de < igual para trabalho igual > vigora plenamente na U.R.S.S.

A verdadeira garantia desse direito fundamental – o direito ao trabalho é a ausência de crises econômicas na U.R.S.S., resultante da forma socializada e planejada da economia nacional. [...]

A Sociedade soviética, assim como o Estado Soviético, facilita ao máximo a entrada em massa da mulher na indústria. Aqui os interesses da sociedade e do Estado correspondem os interesses da mulher, dando um sentido prático à sua igualdade. (Zuyeva. *Jornal do Povo*, 1946/48).

Neste SD, retirado do *Jornal do Povo*, entre 1946 a 1948, percebemos que a autora, Tatyana Zuyeva, apresenta nome bastante incomum, que não se sabe se é original ou não, tendo-se em vista não se tratar de família conhecida. A autora argumenta a favor da participação feminina na administração do Estado e, para tanto, utiliza-se de estratégias habilidosas a exemplo “Desse modo, não poderemos ter uma democracia enquanto as mulheres não tiverem, tanto quanto os homens, parte na administração do Estado” e “... sua exclusão da vida política seria uma violência direta do princípio da democracia universal”. Então, para fundamentar a igualdade da mulher no campo de trabalho, a autora traz argumentos que inferem princípios de uma sociedade democrática, a igualdade e a liberdade.

Segundo Chauí (1994), igualdade e liberdade são direitos civis: ao se tratar o cidadão como sujeito de direitos, se tais direitos não existem, é certo o direito (e o dever) de lutar por eles e exigí-los. Temos aqui o cerne da Democracia. Direito não é necessidade, carência ou interesse, características individuais que são tantas quanto os grupos sociais representados no país. Direito não é algo particular ou específico, mas sim geral e universal; válido para todos os indivíduos, grupos e classes sociais. Uma sociedade é realmente democrática quando, além de eleições, partidos políticos, três poderes, respeito à vontade da maioria e das minorias, institui direitos. Então, o discurso da autora não lhe pertence, pertence a toda uma comunidade, uma classe que busca seus direitos no mercado de trabalho, mas que também não deixa o seu papel de mãe e de educadora à margem. Pelo contrário, a autora, utilizando mais uma estratégia, afirma que as mulheres só poderão transmitir tais valores e direitos para seus filhos e “formar cidadãos livres e democratas” se esses direitos forem concedidos às mulheres.

A posição-sujeito manifesta-se favorável à política soviética, de cunho socialista, ao tomar como exemplos: “a mulher soviética desfruta os mesmos direitos de cidadão da U.R.S.S. concedidos ao homem”; “O princípio de salário de < igual para trabalho igual > vigora plenamente na U.R.S.S” e; “os interesses da sociedade e do Estado correspondem os interesses da mulher, dando um sentido prático à sua igualdade”.

Por fim, outro elemento que nos chamou atenção é o nome da autora, Tatyana Zuyeva, que não sabemos se se tratava de um pseudônimo, fato muito comum na época, pois era um meio de proteção contra a exposição ao público repressor, principalmente por seu discurso se confrontar com a ideologia dominante, a republicana.

O SD a ser analisado nos apresenta um comportamento nos relacionamentos que se adaptava à nova mulher que surgia:

Eis uma pergunta que fazem commumente os rapazes de hoje, ora como desculpa sophistica para o próprio indifferentismo indelicado, ora como sincera duvida si um fundo de cavalherismo lhe perdura nas qualidades atavicas.

E os velhos intervêm logo, dando-lhes razão: “hoje em dia não há mais bôa educação, as moças modernas não merecem galanterias... no meu tempo...”

A verdade é que no que diz respeito á etiqueta como em tantas outras faces da psychologia da humanidade actual, houve um grande disequillibrio ainda não estudado nem corrigido.

Incontestavelmente a etiqueta antiga cheia de complicações e mesuras não se pode adaptar *in totum* á sociedade moderna.

Quererá isso dizer no entanto que esta sociedade dispensa por completo quasquer regras de bôas maneiras?

Em relação, por exemplo, á duvida que inicia estas considerações, o simples bom senso indica a melhor maneira de resolvela: seja o cavalheiro apenas correcto para com a mulher encontrada nos meios profissionaes, onde suas obrigações não lhe permitem a perda de tempo que acarretam certas galanterias, mas torne-se gentil e fidalgo desde que encontre essa mesma mulher no ambiente social. Da mesma forma que elle troca o palitot do serviço pelo smoking para entrar num salão. (Syivia. A República, 1933).

Nesta publicação, assinada por Syivia Seraphim no jornal *A República*, em 1933, a autora nos revela uma nova postura do homem para com a mulher que trabalha. Primeiramente, a autora retoma um interdiscurso, ainda presente em nossos dias, principalmente pelos mais velhos “hoje em dia não há mais bôa educação, as moças modernas não merecem galanterias... no meu tempo...” para reforçar a indiferença do homem pela mulher culta, inserida no mercado de trabalho. Mas, no final, a autora indica seu posicionamento a favor do homem cortês, gentil, compreensivo e educado para com a mulher, demonstrando duas posturas de comportamento (uma profissional e outra social) as quais devem ser usadas por eles, de acordo com a situação: “seja o cavalheiro apenas correcto para com a mulher encontrada nos meios profissionaes, [...], mas torne-se gentil e fidalgo desde que encontre essa mesma mulher no ambiente social”.

Percebe-se, ainda, que a mulher assume uma posição-sujeito em seu ambiente de trabalho e recomenda que os homens também utilizem o mesmo comportamento, dissociando a “mulher profissional” da “mulher social”, assumindo papeis tão distintos comparados a uma muda de roupa.

Pode-se observar que mais uma vez que a autora recorre a um pseudônimo para assinar seu texto. Diante da opressão da sociedade muitas mulheres preferiam utilizar nomes falsos para não serem perseguidas, principalmente quando tratavam de política ou da nova postura que as mulheres assumiam na sociedade.

Já no jornal *O Nordeste*, em 1942, encontra-se um artigo de autoria feminina, que fala sobre a competitividade da mulher moderna em relações a atividades, antes, exclusiva aos homens:

A mulher moderna, competindo com o homem em todas as atividades, tem assimilado, também hábitos que eram quase que exclusividade do sexo masculino. [...]

Si as mulheres devem fumar, ou podem fumar, é preferível que fumem cigarros, a fumar cachimbo, como as velhas comadres dos lugarejos do interior, os longos charutos toscamente enrolados, como é de uso entre as populações rústicas do Paraguai.

O cigarro entre os dedos é “chic”... Mas tem qualquer coisa de sacrílego e de profano, — eis a verdade, — quando os lábios femininos, feitos para o doce contacto dos beijos e para as confissões cheias de ternura e de carinho”. (Noemia. O Nordeste, 1942).

A terceira sequência discursiva também chama atenção pela assinatura, nesse caso a publicação foi apenas assinada pelo primeiro nome (Noemia), como forma de não se identificar, pois muitas não queriam revelar o sobrenome, talvez até por pressões familiares, pois as famílias, especialmente as de certa projeção social, nem sempre admitiam que as mulheres se apresentassem publicamente, quer como escritoras, quer como cantoras, atrizes ou outras profissões em que se mostrassem. No segmento discursivo em questão, a autora fala do hábito de fumar que era próprio dos homens, ao comentar que as mulheres estão adquirindo os mesmos hábitos masculinos. Para demonstrar seu posicionamento utiliza de algumas estratégias, a saber: inicialmente, ela não dá certeza se é “correto” o uso do fumo pelas mulheres “Si as mulheres devem fumar, ou podem fumar...”, assumindo uma posição de mulher moderna que pode ter os mesmos direitos que os homens, mas logo após ironiza, assumindo sua verdadeira posição sobre o assunto “O cigarro entre os dedos é ‘chic’... Mas tem qualquer coisa de sacrílego e de profano, — eis a verdade”.

Nesse discurso, há uma dualidade de ideologias. A autora ao mesmo tempo em que apoia a igualdade de direitos entre os sexos, defende a fragilidade e docilidade da mulher imposta pela ideologia patriarcal ao afirmar “quando os lábios femininos, feito para o doce contacto dos beijos e para as confissões cheias de ternura e de carinho”.

Em contraponto às publicações jornalísticas, percebemos, nas análises de poemas publicados na revista *Renovação*, um retorno às escritas que tratam dos sentimentos femininos e suas emoções, portanto, sua subjetividade:

Sociaes

Nun sussurro ouvir o mar
Dizer cousas portentosas
Ouvir que sabem amar
Os jasmims, cravos e rosas

Uma brisa, vacilante,
Então trazia novelas
Da lua nova brilhante
Das mais brilhantes estrelas,

Mas, chegando ao meu ouvido
Não me falou das alturas
Trouxe novas do querido

Que doutra goza as venturas

Disse cousas dolorosas,
Contou-me o seu grande amôr
Disse-me que dentre as rosas,
_ ela – é a mais bela flôr.

Tudo ouvi sem lastimar,
Impassivelmente forte.
Já não podia falar:
A brisa me trouxe a morte!

M.A. (Renovação, 1934)

Quanto ao poema, percebe-se que o tema volta-se ao plano sentimental, à supervalorização das emoções. É o mundo interior que se mostra, o subjetivismo, antes não revelado: amor, sonhos, esperanças, venturas, ou sofrimentos, inquietações, remetendo às primeiras manifestações em que o discurso feminino assumiu um tom pessoal, com escrita caracterizada como uma “escrita para si”. Além da dificuldade de pôr no papel as ideias que surgem e fogem, mostrando as dificuldades que o autor encontra na escrita.

Em suma, percebe-se que tanto nas análises das publicações jornalísticas quanto na literária é grande o número de autoras que se ocultavam em pseudônimos ou iniciais do nome, como é o caso desse poema que é assinado somente pelas iniciais das autoras.

6. Considerações finais

Em todos os discursos analisados, percebemos a ocorrência de divergentes ideologias, tornando-se difícil a identificação da verdadeira identidade feminina nesse período, visto que certas publicações revelam a luta das mulheres em busca de sua emancipação e direitos, porém outras retornam ao discurso religioso e patriarcal.

Foi possível ainda observar que, mesmo com o avanço no espaço que a mulher conquistou, ela ainda possuía desvantagem em relação ao espaço ocupado pelo homem, este fato é observado diante da quantidade de jornais analisados e da ainda pequena quantidade de ocorrências de discursos femininos. Verificamos, também, nos discursos de mulheres, um grande número assinado por pseudônimos ou apenas o primeiro nome e alguns identificados somente com as iniciais do nome, o que nos leva a inferir que muitas autoras sentiam-se intimidadas pela sociedade, uma vez que havia certo preconceito em relação às mulheres que escreviam.

A luta das mulheres exposta nos jornais serviu para a expansão de seus ideais, o que fortaleceu ainda mais os propósitos feministas. Travar essa luta não foi fácil, visto que a sociedade da época era extremamente machista, concebendo as mulheres como seres frágeis, doentes e cujas únicas funções que elas deveriam ocupar era de mãe e dona de casa. Porém muitas não se intimidaram e travaram um verdadeiro combate e, com muita garra, conquistaram aos poucos os direitos que antes lhes eram negados.

Referências

A. M. Sociaes. *Renovação*, ago. 1934.

AMARAL, M. V. B. A Análise do Discurso: língua, história e ideologia. In: AMARAL, M. V. B.; MAGALHÃES, B. *Leitura: Análise do Discurso*. n. 23. . Maceió: EDUFAL, 2002.p. 25-44.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas:Unicamp, 1991.

CARVALHO, M. L. G. C.A *Revista Renovação na década de 1930: a construção de uma discursividade feminista*. Tese(doutorado)– Núcleo de Pós-graduação em Letras e Linguística,UFAL,Maceió, 2007.

_____. Emergência dos discursos femininos em Sergipe. *Interdisciplinar: Revista de Estudos em Língua e Literatura*, v. 8, p. 57-68, 2009.

_____. Discursos sobre as mulheres em Sergipe: cruzamentos ente língua, história e memória. In: BEZERRA, A. P. & CORRÊA, L. P. (Org.). *Linguagem e História*. São Cristovão: Editora UFS, 2011.

_____. Natureza, sentimentos e imaginário nas poesias femininas do início do século XX em Aracaju-Se. In:III SEMINÁRIO NACIONAL LITERATURA E CULTURA, 2011, São Cristóvão. *Anais Eletrônicos do III Seminário Nacional Literatura e Cultura*. São Cristóvão/SE: GELIC/UFS, V. 3, 6 a 8 de junho de 2011. p. 2763-2776.

CAVALCANTI, I; LIMA, A. C. A; SCHNEIDER, L. *Da mulher às mulheres: dialogando sobre literatura, gênero e identidades*. Maceió: UFAL, 2008.

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.

DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

EME. Sociaes. *Renovação*, ago. 1934.

FLORÊNCIO, A. M. G. et al. *Análise do Discurso: fundamentos e práticas*. Maceió: UFAL, 2009.

_____. *Leitura- Análise do Discurso*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió: UFAL, 2002.

FREITAS, A. G. B. de. *Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2003.

GADET, F.; T. HAK (Ed.).*Por uma Análise Automática do Discurso*. Uma Introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: UNICAMP, 1990.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NOEMIA. A Mulher e o Cigarro. *O Nordeste*, 11 jan. 1942.

ORBELEY, M. O Jeep Cabo Eleitoral No Mexico. *Sergipe-Jornal*, Aracaju, 29 abr. 1946.

ORLANDI, E.P. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009.

_____. *Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 2007.

POSSENTI, S. *Questões para analistas do Discurso*. São Paulo: Parábola Editorial: 2009.

SYIVIA. S. Como ser Cortez para com a mulher que trabalha?. *A República*, 24 dez. 1933.

ZUYEVA. T. O que entendemos por igualdade da mulher. *Jornal do Povo*, 1946/48.